

### **Limites despesas diárias em viagens (normas em projetos FCT e EU)**

Face às últimas alterações aos diplomas legais que regem esta matéria, (DL 106/98 e DL192/95, alterados pelo DL 137/2010 e Lei do OE para 2013), a FCT tem vindo a considerar de elegibilidade duvidosa uma grande parte das despesas com deslocações. Não questiona a razoabilidade nem a necessidade da despesa. Apenas analisa à luz da elegibilidade da despesa no projeto.

Assim, chamamos a atenção para o seguinte:

- Sempre que o Hotel for de categoria superior a 3 estrelas, deve logo aquando da reserva ser assegurada a sua elegibilidade. Apenas são aceites duas justificações... Prova de preço inferior de que em Hotel de 3 estrelas na mesma zona geográfica, pela entrega de 3 consultas ao mercado, ou realização do evento no próprio Hotel.
- Se necessário deslocação em transporte próprio deve ser tido em consideração que apenas podem ser aceites se feitas em grupo e em região comprovadamente não servida por transportes públicos. Esse motivo deve ser referido logo no próprio documento de Km.
- A FCT apenas aceita como elegível refeições, não considera elegível, despesas avulsas, como cafés, bebidas, etc.
- Para toda a despesa de alimentação, deve ser apresentado recibo legal individual, e dentro das limitações a seguir expostas.

#### **Limite para despesas de alimentação (tabela da FCT):**

##### **Em território nacional:**

Bolseiros = **9.96 €**por refeição (Ajuda de custo = 39.83 € x 25%)

Doutorados/Assistentes = **12.55 €**por refeição (Ajuda de custo = 50.20 € x 25%)

Consultores = **25,00€**por refeição

##### **Em território estrangeiro:**

Bolseiros = **18.18 €**por refeição (Ajuda de custo = 72.72 € x 25%)

Doutorados/Assistentes = **22.34 €**por refeição (Ajuda de custo = 89.35 € x 25%)

##### **Importante:**

**Face ao exposto a direção deliberou que o iBET, no caso de gastos superiores a estes limites, poderá suportar o excedente, desde que sancionados pelo Diretor da área no âmbito da qual se desenvolve o Projeto, e indicação expressa de que aquela diferença é suportada pela área.**

**No caso de projetos da área Interface apenas poderá ser suportado o diferencial desde que o responsável de projeto proponha uma forma de cobertura dessa diferença, e esta seja aceite.**

**O mesmo se aplica para as despesas consideradas não elegíveis**

Oeiras, 14 outubro de 2014

Luis Morais  
Diretor DAF